



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Assis, 02 de agosto de 2018.



PROJETO DE LEI Nº 138/2018

Alteração DA nº 278/2018
Código: 053661416/3308

Ao Excelentíssimo Senhor
VEREADOR EDUARDO DE CAMARGO NETO
Presidente da Câmara Municipal
Assis – SP

Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 97/2018

Senhor Presidente,

Encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, para apreciação e deliberação da Egrégia Câmara Municipal de Assis, o Projeto de Lei nº 97/2018, por meio do qual o Poder Executivo solicita autorização para revogar a Lei nº 5.091, de 20 de dezembro de 2017 e Lei nº 5695, de 10 de outubro de 2012, acompanhado da respectiva exposição de motivos.

No ensejo reafirmo a Vossa Excelência e aos Senhores Vereadores protestos de alta consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ APARECIDO FERNANDES
Prefeito Municipal



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal “Profª Judith de Oliveira Garcez”
Secretaria Municipal de Governo e Administração

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS **(Projeto de Lei nº 97/2018)**

Ao Excelentíssimo Senhor
VEREADOR EDUARDO DE CAMARGO NETO
Presidente da Egrégia Câmara Municipal de Assis
Assis – SP

Senhor Presidente,

A presente propositura, que ora submetemos a elevada apreciação dessa Casa de Leis, tem por objetivo cessar os efeitos das Leis Municipais de nº 5.091 de 20 de dezembro de 2017 e de nº 5695, de 10 de outubro de 2012, que tratam da regulamentação dos horários de funcionamento das Farmácias e Drogarias estabelecidas no Município de Assis e dá outras providências.

Assim procedemos, considerando que após detida análise, foi constatado que referidas leis afrontam diretamente os princípios constitucionais relativos à matéria econômica de livre iniciativa, constante no art. 1º, inciso IV, bem como o da livre concorrência, previsto no art. 170, inciso IV, e o do acesso à saúde, disposto no art. 6º e 196.

A Súmula nº 419 do Supremo Tribunal Federal, estabelece que “os *Municípios têm competência para regular o horário do comércio local, desde que não infrinjam leis estaduais ou federais válidas*”, no entanto, observamos que a regulação do horário do comércio não pode abranger critérios restritivos à livre concorrência, como se encontra previsto nas leis em referência.

Diante disto e tendo como norte o interesse público, encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, para apreciação e deliberação da Egrégia Câmara Municipal de Assis, o Projeto de Lei nº 97/2018.

Prefeitura Municipal de Assis, em 02 de agosto de 2018.

JOSÉ APARECIDO FERNANDES
Prefeito Municipal



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal “Profª Judith de Oliveira Garcez”
Secretaria Municipal de Governo e Administração

PROJETO DE LEI Nº 97/2018

**Revoga a Lei nº 5.091 de 20 de dezembro de 2007
e Lei nº 5.695 de 10 de outubro de 2012.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASSIS:

Faço saber que a Câmara Municipal de Assis aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada, em todo o seu teor, a Lei nº 5.091 de 20 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a regulamentação dos horários de funcionamento das farmácias e drogarias estabelecidas no Município e dá outras providências, bem como a Lei nº 5.695 de 10 de outubro de 2012.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Assis, 02 de agosto de 2018.

JOSÉ APARECIDO FERNANDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"

LEI Nº 5.091, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2.007

Projeto de Lei nº 151/2007 Autoria: Vereador Claudécir Rodrigues Martins

Dispõe sobre a regulamentação dos horários de funcionamento das Farmácias e Drogarias estabelecidas no Município de Assis e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASSIS:

Faz saber que a Câmara Municipal de Assis aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

DAS FARMÁCIAS NOTURNAS

Art. 1º - Qualquer estabelecimento farmacêutico, poderá mediante autorização do Poder Executivo, enquadrar-se como Farmácia Noturna, mediante assinatura de termo de compromisso.

Parágrafo Único - O plantão noturno ininterrupto, será considerado de relevante interesse público social.

Art. 2º - Os estabelecimentos farmacêuticos após enquadrados nos termos do artigo 1º, deverão permanecer nesta condição pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, sob pena da aplicação do disposto no artigo 10º desta Lei.

§ 1º - Pelo não cumprimento do prazo fixado deste artigo, além da multa, ficará também impossibilitado da participação em qualquer escala de plantão por 2 (dois) anos.

§ 2º - Os estabelecimentos que tiverem optado pelo enquadramento como Farmácia Noturna, nos termos da Lei nº 4.957/2.007, deverão no prazo de 60 (sessenta) dias contados da promulgação da presente Lei, confirmar sua opção, ratificando-a ou revendo-a.

DOS PLANTÕES DE DOMINGOS E FERIADOS

Art. 3º - Os estabelecimentos que pretenderem enquadrar-se nas escalas de plantão de domingos e feriados, deverão apresentar requerimento à Secretaria Municipal de Governo e Negócios Jurídicos.

§ 1º - Os requerimentos serão apreciados e deferidos pela autoridade competente e, após o deferimento, serão os estabelecimentos requerentes incluídos na respectiva escala de plantão.

§ 2º - Somente após a publicação da escala contendo a inclusão do estabelecimento, é que este poderá cumprir os horários fixados no artigo 7º desta Lei.

§ 3º - Será facultado às Farmácias Noturnas, enquadradas no artigo 1º desta Lei, também participar nas escalas de plantão de domingos e feriados.

Art. 4º - Após a inclusão na escala de plantão, o estabelecimento obrigatoriamente terá

Av. Rui Barbosa, 926 • PABX (18) 3302-3300 • CEP 19.814-900 • Centro • Assis-SP
www.assis.sp.gov.br





PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"

Lei nº 5091, de 20 de dezembro de 2007

que cumprir seus plantões, durante o período de vigência da escala.

Parágrafo Único - Pela infração ao caput deste artigo, aplicar-se-á o disposto no artigo 10, combinado com o parágrafo único do artigo 2º desta Lei.

Art. 5º - Os estabelecimentos que não estiverem de plantão deverão afixar placas indicativas contendo informações das farmácias que encontram-se de plantão na semana.

Parágrafo Único - O não cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, implicará na multa prevista no artigo 13 e seu parágrafo desta Lei.

DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

Art. 6º - Os estabelecimentos farmacêuticos do Município de Assis, que não se enquadrarem nos artigos 1º e 3º da presente Lei, poderão cumprir os seguintes horários de funcionamento:

- a)- de segunda à sextas-feiras das 8:00 às 22:00 horas;
- b)- aos sábados, das 8:00 às 20:00 horas."

Parágrafo Único - Nos feriados e domingos, fica vedado o funcionamento do estabelecimento.

Art. 7º - Os estabelecimentos devidamente enquadrados na escala de Plantão nos domingos e feriados, nos termos do artigo 3º, durante a semana do seu plantão, deverão permanecer abertos das 8:00 horas às 20:00 horas.

Parágrafo Único - O *caput* deste artigo, somente aplica-se às farmácias que constarem da escala de plantão, na respectiva semana.

Art. 8º - Os estabelecimentos enquadrados na escala de Plantão Noturno, nos termos do artigo 1º, deverão cumprir os seguintes horários de funcionamento:

- a)- de segunda à sábado, durante as 24 (vinte e quatro) horas ininterruptamente;
- b)- aos domingos e feriados, cerrarão suas portas às 8:00 horas, reabrindo-as somente às 18:00 horas."

Art. 9º - As farmácias estabelecidas em Shoppings Centers e Hipermercados acompanharão o horário de funcionamento dos mesmos e não participarão dos plantões.

DAS PENALIDADES

Art. 10º - Os estabelecimentos que descumprirem os horários fixados no artigo 6º desta Lei, ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

- a)- pagamento de multa no valor de 300 (trezentas) UFESPs;
- b)- em caso de reincidência, o pagamento da multa em dobro;



PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"

Lei nº 5091, de 20 de dezembro de 2007

- c)- na segunda reincidência, a cassação do Alvará de Licença para Funcionamento.

Art. 11º - Os estabelecimentos que descumprirem os horários fixados no artigo 7º desta Lei, ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

- a)- pagamento de multa no valor de 300 (trezentas) UFESPs;
b)- em caso de reincidência, o pagamento da multa em dobro;
c)- na segunda reincidência, a cassação do Alvará de Licença para Funcionamento.

Art. 12º - Os estabelecimentos que descumprirem os horários fixados no artigo 8º desta Lei, ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

- a)- pagamento de multa no valor de 300 (trezentas) UFESPs;
b)- em caso de reincidência, o pagamento da multa em dobro;
c)- na segunda reincidência, a cassação do Alvará de Licença para Funcionamento.

Art. 13º - Pelo não cumprimento do prazo fixado no artigo 2º, será aplicada multa de 500 (quinhentas) UFESPs."

Art. 14º - Pelo não cumprimento do prazo fixado no artigo 5º, será aplicada multa de 200 (duzentas) UFESPs."

Parágrafo Único - Na reincidência, a multa de que trata o *caput* deste artigo, será aplicada em dobro.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15º - O enquadramento dos estabelecimentos farmacêuticos nos termos do disposto nos artigos 1º e 3º, somente será deferido aos requerentes que não possuem débitos para com a Fazenda Municipal.

Art. 16º - A Secretaria Municipal de Governo e Negócios Jurídicos elaborará uma escala de plantão dos estabelecimentos credenciados nos termos do artigo 3º, que será discutida entre os proprietários das Farmácias e Drogarias.

Parágrafo Único - Se a escala de plantão não for apresentada pelos proprietários das Farmácias e Drogarias no prazo de até 30 (trinta) dias, caberá a Secretaria Municipal de Governo e Negócios Jurídicos publicar a escala de plantão por ela elaborada, estabelecendo critérios para que os bairros e o centro da cidade não fiquem sem atendimento, num prazo que não poderá ser inferior a 180 (cento e oitenta) dias

Art. 17º - Os estabelecimentos que, quando da vigência da presente Lei, já estavam



PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"

Lei nº 5091, de 20 de dezembro de 2007

enquadrados como Farmácia Noturna, terão respeitadas as cláusulas constantes do competente termo de compromisso firmado, desde que não contrariem o disposto nesta Lei.

Art. 18º - A fiscalização do cumprimento da presente Lei fica à cargo da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 19º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 20º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nºs 3.276, de 21 de dezembro de 1.993; 4.957, de 03 de abril de 2.007; e 4.987, de 14 de maio de 2.007.

Prefeitura Municipal de Assis, em 20 de dezembro de 2007.


ÉZIO SPERA
Prefeito Municipal


JORGE LUIZ SPERA

Secretário Municipal de Governo e Negócios Jurídicos em Substituição
Publicada no Departamento de Administração, em 20 de dezembro de 2007.



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

LEI Nº 5.695, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012.
Proj. Lei nº 096/2.012 – Autoria Vereador: Alexandre Cobra Vêncio

Acrescenta parágrafo único ao artigo 8º da Lei Municipal nº 5.091, de 20 de dezembro de 2007, que "dispõe sobre a regulamentação dos horários de funcionamento das farmácias e drogarias estabelecidas no Município de Assis".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASSIS:

Faz saber que a Câmara Municipal de Assis aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Acrescentado o parágrafo único ao artigo 8º da Lei Municipal nº 5.091, de 20 de dezembro de 2007, com a seguinte redação:

"Art. 8º.

Parágrafo Único: Havendo no Município dois ou mais estabelecimentos enquadrados como Farmácia Noturna, na forma do artigo 1º desta Lei, poderão, em dias não coincidentes, uma única vez na semana, funcionar conforme horário estabelecido no artigo 6º, "a" e "b", estendendo-se, no máximo até as 00h:00m."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Assis, 10 de Outubro de 2012.

ÉZIO SPERA
Prefeito Municipal

MÁRCIO AURÉLIO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Governo e Administração
Publicada no Departamento de Administração, em 10 de Outubro de 2012.

